

Aos 21 anos, travesti fala da alegria de ter 1º emprego graças ao PPE

Notícias Destaque

Postado em: 28/06/2022 15:06

Want create site? Find Free WordPress Themes and plugins. Técnica em Gerência em Saúde contraria o destino de 90% da população trans e conquista emprego em sua área de formação. Aimêe Campos é técnica no Hemoba (Foto: Ben-Hur Corvello/FESF-SUS). Há dois meses, Aimêe Eleanor Campos, de 21 anos, técnica em Gerência em Saúde, vive sua primeira experiência de trabalho formal. Diplomada há três anos, ela foi contratada através do Projeto Primeiro Emprego (PPE) para atuar na sede do Hemoba, em Salvador. E essa não é uma mera conquista de início de carreira. Travesti, Aimeê contraria estatísticas brasileiras que apontam que 90% da população transsexual tem a prostituição como fonte de renda por falta de oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, segundo dados da Associação Nacional de Trans e Travestis (Antra). Este caminho profissional de Aimêe é resultado de anos de luta por respeito a todas as identidades não-cisheteronormativas, celebradas neste 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+. Gerido pela FESF-SUS, o PPE é uma política pública do Governo da Bahia voltada para ampliar oportunidades de primeira experiência profissional para a juventude baiana. Natural de Itabuna, no Sul do estado, Aimêe concluiu o curso em 2019, no Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde. Depois de pegar o diploma, migrou para o Rio de Janeiro a fim de tentar vagas de emprego na área da saúde, sem êxito. Mas ela não desistiu. No meio de 2021, ligou para a Central de Atendimento do SINE PPE e foi orientada quanto aos critérios para a contratação. Neste momento, ela soube da vaga para Salvador e da possibilidade de assumir a função, já que era uma das ranqueadas. “Quando recebi a notícia de que era meu primeiro dia de emprego, não acreditei. É muito profunda a possibilidade de ter emprego e renda formal sendo quem eu sou, com os classificadores que tenho porque sei que as realidades que são dadas às pessoas trans são protituição e subempregos. Estar dentro de uma instituição de estado e trabalhando na área que estudei tem uma magnitude muito grande e me faz querer lutar por outras pessoas trans, para que elas também possam ocupar esses espaços”, diz Aimêe. Doação de sangue. Trabalhando na unidade, a técnica se deparou com temas que a comunidade LGBTQIAP+ precisou e precisa enfrentar ao longo da história, entre eles o fim da discriminação de doadores de sangue homoafetivos, uma vitória recente. Há dois anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou uma restrição que proibia homossexuais de doarem sangue. Os ministros consideraram discriminatórias e tornaram inconstitucionais as regras da Anvisa e do Ministério de Saúde, que vetavam a doação. (Foto: Ben-Hur Corvello/FESF-SUS) “No Brasil, ainda há uma visão preconceituosa de que, nesses processos de doação de sangue, a comunidade LGBT é um grupo que representa risco. Vir para uma instituição que tem um setor de Educação Permanente me abriu horizontes de pensamento porque nós formamos trabalhadores de toda a hemorrede, fazemos cursos, como o de segurança transfusional, atualizando as informações e vi da minha chefia o interesse em pautar gênero e sexualidade”, celebra a técnica. Diversidade no PPE. A diversidade é uma marca do PPE na FESF-SUS, uma vez que o projeto recebe e aposta em minorias que muitas vezes não encontram espaço mercado afora, sobretudo no desafio da primeira experiência profissional. Ao todo, mais de

80% dos trabalhadores-educandos são mulheres cis e negras. Do total de beneficiados, 72% se declaram heterossexuais, 2,4% homossexuais, 2,2% bissexuais e 0,1% transsexual. Assim, quase 5% dos trabalhadores ativos são autodeclarados membros da comunidade LGBT. No programa de aperfeiçoamento profissional do PPE, nos cursos de Ambientação e Introdução ao Mundo do Trabalho, todos os trabalhadores-educandos têm uma unidade de aprendizagem que aborda especialmente a “Diversidade sexual e de gênero no ambiente de trabalho”. “O PPE é uma política pública transversal, que envolve geração de emprego e renda. Como fundação pública de saúde, nós precisamos fomentar o posicionamento de lugar diverso. O mercado de trabalho precisa ser plural e capaz de promover ambientes de respeito, de convivência com a diversidade”, diz Juliana Novais, assistente social da FESF-SUS.

Fonte: Ascom Fesf-SUS